

As Forças de Classe na Luta pela Independência de Israel*

A. B. Magil

A ÁREA DE ISRAEL é apenas ligeiramente maior que a do Estado, de Connecticut, e sua população, menor que a de Bronx⁽¹⁾. No entanto, sua luta pela libertação tem um significado épico que afetou as relações internacionais, agitando e atraindo a solidariedade de todos os povos amantes da liberdade.

A Palestina e o Oriente Médio

BÁSICAMENTE, o problema de Israel, como o de toda a Palestina, faz parte do problema do Oriente Médio. É o problema de libertar esta vasta área do controle do imperialismo estrangeiro, e dar livre curso às forças da revolução nacional e social capazes de romper as relações feudais que entravam o desenvolvimento do Oriente Médio. O nascimento do Estado de Israel e a sua presente luta pela independência são uma parte integrante desta colossal transformação.

O Oriente Médio é o maior manancial de petróleo do mundo. Contem quase 42 por cento das reservas de petróleo conhecidas. As companhias petrolíferas americanas possuem hoje cerca de 40 por cento das reservas do Oriente Médio e sua participação está crescendo.

Estes piratas do petróleo mantêm estreitas ligações com o governo dos Estados Unidos, destacadamente com o Departamento de Estado e com o ex-secretário da Defesa, Forrestal. Sua poderosa influência na política americana, em relação à Palestina e ao Oriente Médio, já foi sobejamente provada em depoimentos prestados a comissões do Congresso. Todavia, incorrer na tendência predominante de se pintar o quadro desta política como exclusivamente ligada ao petróleo, é simplificar em demasia o problema. É obscurecer a dependência entre a política com respeito à Palestina e a política exterior americana como um todo e as forças básicas que moldam a ambas.

O Oriente Médio foi um importante cenário de luta pelo poder durante muitos séculos antes de ser o petróleo produzido

* Magil, A. B. As forças de classe na luta pela independência de Israel. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, n. 21, Outubro, 1949. 18 p.

comercialmente, o que se verificou, pela primeira vez, há cerca de quarenta anos. Esta grande área, que forma a ponte terrestre entre a Europa, a Ásia e a África, foi chamada «o epicentro estratégico do mundo». Ela domina as rotas marítimas para a Índia e o canal mediterrâneo ocidental para a Europa. É o bastião do Canal de Suez, constituindo hoje, afora a Noruega, o único acesso terrestre e aéreo direto para a União Soviética. Ernest Bevin certa vez chamou, com muita propriedade, o Oriente Médio «a garganta do Império Britânico». Em 1919, esta garganta vomitou balas e bombas quando os ingleses utilizaram o Irã como base para as operações militares contra o jovem estado socialista. Hoje, as bases americanas e britânicas no Oriente Médio estão sendo preparadas para uma reedição da cruzada anti-soviética em escala muito maior.

A Nação Judaica

É TENDO em vista este turbulento cenário, como parte inseparável de um gigantesco império petrolífero e uma base para a guerra, que Israel e seus problemas devem ser considerados. Ao mesmo tempo, o Estado judeu, com seus problemas, tem um caráter distinto, próprio, que o separa, sob importantes aspectos, do resto do Oriente Médio.

Os judeus de Israel pertencem a um dos povos mais antigos do mundo e constituem a mais jovem das nações. Embora o sionismo proclamasse a tese de que os judeus de todos os países constituíram, em todo o período de quase dois mil anos desde a sua dispersão, uma só nação, tendo como lar nacional a Palestina, não foram os elos místicos do passado, mas as brutalidades do presente que conduziram ao estabelecimento da nação judaica naquele país.

Hitler fez a diferença. A propagação do terror nazista alterou profundamente o meio social, econômico e cultural dos judeus da Europa, a oeste da fronteira soviética. Alterou este meio de uma forma que atingiu a milhões de pessoas, desenraizando à viva força grande número deles da Alemanha e das nações que caíram sob o guante fascista. Fechadas as portas, praticamente, da maior parte dos outros países, centenas de milhares de judeus procuraram salvação na Palestina. Nos oito anos compreendidos entre 1932 e 1939, mais de 200.000 judeus entraram naquele país. Esse número teria sido ainda maior, não fossem os distúrbios de 1936 a 1939, entre árabes e judeus, que serviram de pretexto aos britânicos para limitar a imigração. Após 1939, somente o Livro Branco, apoiado diretamente pela força, impediu a entrada de outras centenas de milhares de refugiados.

Assim, foi somente na década de trinta que os fatores da nacionalidade começaram a amadurecer, assinalando o início de uma comunidade estável com um mercado nacional e uma economia comum dentro de uma estrutura territorial. A indústria requeria trabalhadores em número adequado e capital, além de experiência técnica para combiná-los na produção. A década de trinta proporcionou esses três elementos, tendo especialmente os imigrantes alemães levado o capital, o conhecimento técnico e, em alguns casos, o equipamento industrial moderno. Foi o que assinalou o primeiro período da expansão industrial na economia judaica da Palestina. Expansão ainda mais rápida teve lugar durante a segunda Guerra Mundial, quando as inversões de capital e o número de trabalhadores duplicaram e a produção industrial aumentou em mais do dobro. Este crescimento das forças do capitalismo industrial, operou uma decisiva mudança qualitativa dentro da comunidade judaica, transformando-a de simples projeto de colonização, que era, numa nação moderna, com território, vida econômica, idioma e cultura comuns. O amadurecimento desta nacionalidade, chocando-se com os esforços britânicos para entravar seu progresso, gerou a luta nacional pela criação do Estado e pela conquista da independência.

O Papel da União Soviética

O NASCIMENTO do Estado judaico tornou-se possível pela confluência de três fatores: a luta de massas dentro da Palestina e o apoio que lhe foi dado pelos povos de outros países; a posição firme e enérgica da União Soviética e das Democracias Populares no seio da Organização das Nações Unidas; e o conflito anglo-americano, que deu à opinião pública dos Estados Unidos a oportunidade de forçar o governo a votar, após muitas vacilações, pela resolução de partilha, a 29 de novembro de 1947.

Bevin levou o problema da Palestina à ONU na esperança de emaranhá-lo ainda mais no conflito internacional e retardar indefinidamente a sua solução. Não há dúvida de que os Estados Unidos teriam feito o jogo da Grã Bretanha se a União Soviética não tivesse defendido vigorosamente as aspirações nacionais dos povos judeu e árabe. Há quem acredite que no histórico discurso de Gromyko a União Soviética adotou posição inversa à que mantinha e abandonou o seu ponto de vista sobre o sionismo. Esta apreciação é superficial. A URSS, baseando-se nos princípios leninistas-stalinistas, sempre se opôs ao imperialismo no Oriente Médio, como em qualquer parte, e sempre foi solidária com as lutas anti-imperialistas de todos os povos. O socialismo é, em princípio,

contrário a todas as formas de nacionalismo burguês, inclusive o sionismo. Mas o Estado Socialista foi e é solidário com as lutas de libertação das nações oprimidas, mesmo quando elas são lideradas por nacionalistas burgueses, que nunca são conseqüentes na luta contra o imperialismo.

Quando, como resultado dos acontecimentos na Palestina e no campo internacional, as relações entre a comunidade judaica e a potência mandatária se modificaram, e essa comunidade decidiu resistir à Grã Bretanha, a fim de alcançar a sua independência, a União Soviética necessariamente apoiou as aspirações nacionais de ambos os povos palestinos.

A política soviética para com Israel não se baseia em efêmeras considerações táticas. A URSS foi a única entre as grandes potências a demonstrar genuína amizade a Israel e fidelidade à decisão de partilha da ONU, porque somente a sua política se baseia no anti-imperialismo conseqüente e na defesa do direito de auto-determinação nacional, que caracterizam a política exterior soviética.

A Classe Operária Judaica

A CLASSE operária judaica da Palestina não se formou pela draconiana expulsão dos camponeses livres de sua terra, como na Inglaterra ou na maior parte da Europa; nem pela concentração da propriedade territorial, como na Virgínia, e nem tão pouco pela expropriação de pequenos produtores grandemente endividados, como em outras partes das colônias americanas. Na Palestina, a classe operária foi criada como proletariado agrícola por atos deliberados dos imigrantes da camada média, que preferiram trabalhar na terra a continuarem em seus ofícios ou profissões. A princípio, trabalharam para agricultores capitalistas particulares, e mais tarde muitos se empregaram nas fazendas cooperativas de fundos públicos. Com o inevitável ascenso da indústria e o crescimento das construções e dos transportes, os salários mais altos pagos nestes ramos atraíram parte dos trabalhadores agrícolas, bem como novos imigrantes.

O movimento operário na Palestina judaica teve também original desenvolvimento, iniciando-se entre os trabalhadores agrícolas antes do que entre os da indústria. A Histadrut (Federação Geral dos Trabalhadores Judeus) não abrange apenas operários, mas também agricultores individuais das cooperativas, pessoas que trabalham por conta própria nas cidades e que não contratam empregados, e as mulheres dos trabalhadores. Assim, cerca de 40

por cento de seus membros são de categoria social não proletária. E se excluirmos os agricultores das fazendas coletivas (membros do Kibbutzim, que não recebem salários), somente cerca da metade do número aproximado de 200.000 membros da Histadrut são assalariados. Outra característica da Histadrut está em que a colonização e as empresas comerciais com ela relacionadas têm ocupado suas energias tanto, pelo menos, quanto a atividade sindical.

A ideologia de que se imbuuiu o movimento operário judaico, desde seu início, foi nacionalista e não internacionalista. Uma das maneiras em que isto se expressou foi no lema chauvinista kibbush avodah (conquista do trabalho), que foi empregado para excluir os trabalhadores árabes das empresas judaicas. Ademais, trata-se de um movimento operário impregnado de reformismo desde seu nascimento. Enquanto em outros países o reformismo nasceu após o estabelecimento dos sindicatos e de apreciável crescimento da indústria, na Palestina ele precedeu a ambos.

Estes cinco fatores — a origem social pequeno-burguesa, a natureza agrária do movimento operário, a grande camada pequeno-burguesa existente no seio desse movimento, o arraigado chauvinismo da Histadrut e seu caráter reformista — moldaram o desenvolvimento da classe operária judaica e de suas organizações. Esta classe operária nasceu há tão pouco tempo, que mesmo hoje, apesar do considerável avanço da indústria, ainda não superou suas origens pequeno-burguesas, que o influxo predominante de imigrantes não proletários tende a renovar e a perpetuar. E os agricultores das fazendas coletivas e das cooperativas continuam a exercer uma influência grande e, sob certos aspectos, preponderante no movimento operário e nos partidos dos trabalhadores sionistas.

No entanto, forças contrárias moldaram também a classe operária judaica. Com o crescente desenvolvimento industrial, surgiram greves que cada vez mais destruíram a harmonia que a direção sindical procurava estabelecer com os empregadores. Durante a segunda Guerra Mundial, as greves se intensificaram excepcionalmente em conseqüência da rápida expansão da indústria e da elevação inflacionária do custo da vida.

A maré montante da luta de classe refletiu-se também na Histadrut, onde uma oposição de esquerda conta hoje com o apoio de uma parte numerosa de seus membros.

Um dos mais significativos fenômenos de tempo de guerra foram as primeiras greves conjuntas de trabalhadores judeus e

árabes. Ao mesmo tempo, praticamente desapareceram as paredes chauvinistas contra a admissão de trabalhadores árabes. No período de após-guerra, estas greves conjuntas atingiram um nível ainda mais alto, visando as maiores delas as empresas do governo britânico e identificando-se com a luta geral contra o domínio britânico. Este movimento conjunto chegou ao auge em maio de 1947, quando 40.000 trabalhadores árabes e judeus dos acampamentos e oficinas do governo tomaram parte na maior greve já realizada na Palestina.

Estas lutas marcaram um momentoso rompimento com o nacionalismo em desenvolvimento e com a desconfiança mútua inerentes ao meio em que os trabalhadores das duas nações haviam sido criados. O aguçamento da luta de classe e o entrelaçamento mais íntimo das economias árabe e judaica, em consequência do crescimento das relações capitalistas dentro de ambas as comunidades, criaram também uma tendência para a cooperação árabe-judáica no movimento sionista. Trata-se de uma tendência, minoritária, que foi representada principalmente pela Hashomer Hatzair, partido sionista de esquerda, com base nas fazendas coletivas e que atualmente integra o Partido dos Trabalhadores Unidos.

A Luta Nacional

A LUTA nacional desencadeada pelo Livro Branco, de 1939, foi também cenário da luta de classe. A questão essencial de resistência ou capitulação ao imperialismo estrangeiro teve a tendência de refletir os alinhamentos de classe. O principal ímpeto na luta pela liberdade partiu dos operários e dos agricultores das fazendas coletivas. Um impulso limitado e inconseqüente nesta direção desenvolveu-se também entre os industriais — freqüentemente sob a forma de extremo-chauvinismo ou para-fascismo, representada pela ala direita do Partido Revisionista e pela Irgun, seu rebento. No entanto, os industriais não são um fator independente da burguesia comercial e financeira — ou dos inversores britânicos e americanos na indústria da Palestina. De modo geral, os interesses capitalistas, ligados por mil fios a suas partes correspondentes na metrópole imperialista, resistiram a qualquer ação que pudesse enfraquecer estas lucrativas relações. Por outro lado, os revisionistas refletiram em certa medida a influência capitalista americana, que não era contrária ao afrouxamento do controle britânico na Palestina em favor do americano.

Não muito atrás da burguesia, em subserviência à autoridade britânica, vinha a direção reformista do Partido Trabalhista (Mapai), que controlava o movimento sindical. Através deste partido, social-democrático e da Histadrut, os trabalhadores estiveram durante muitos anos amarrados à política da burguesia, isto é, à colaboração com o imperialismo britânico. Símbolo disso foi a aliança formada, no movimento sionista mundial entre os dirigentes do Partido Trabalhista e o sionista da ala direita geral, Dr. Chaim Weizmann, o arqui-campeão do apaziguamento com os ingleses.

O Livro Branco de 1939 impeliu a comunidade judaica a uma resistência em massa e provocou uma divergência na aliança entre a burguesia e o Mapai. Desde então, os líderes do Partido Trabalhista têm vacilado entre os apelos da direita e a pressão da esquerda. Dentro do próprio partido unia ala esquerda cristalizou-se como resultado das divergências sobre as questões de classe e a questão nacional. Em 1944, esta ala esquerda rompeu com o Partido Trabalhista e formou, ela própria, um partido, a Achdut Avodah (União do Trabalho). Foi este grupo que se tornou uma força dinâmica na Haganah e que teve a principal responsabilidade na criação da Palmach, a unidade mais bem treinada da Haganah.

Mas o caminho da resistência até a luta pela independência foi um caminho que os líderes sionistas trilharam com grande relutância, só o tendo feito depois de malogrados seus esforços de conciliação com a Grã Bretanha e de conter a maré da luta popular.

O Governo de Israel

A GUERRA de libertação nacional movida por Israel contra os mercenários do imperialismo anglo-americano, deu ao mundo novos e magníficos exemplos da coragem, iniciativa e capacidade que emanam de um povo em luta pela sua libertação. Os operários e camponeses que compunham a maioria da Haganah, anteriormente ilegal, aliaram-se aos lutadores sobreviventes dos campos de concentração nazistas na tarefa de forjar e defender o Estado Judaico. O caráter popular da Haganah, conquanto em sua fase inicial estivesse orientada por uma política pró-imperialista; o importante papel que os elementos sionistas de esquerda desempenharam em sua direção; a ausência de uma casta militar e a relativa fraqueza da burguesia e de seu aparelho estatal, combinaram-se para dar ao exército de Israel um caráter predominantemente democrático e popular.

O mesmo não se pode dizer do governo, tanto do provisório, como do que depois foi eleito. Uma coalizão da burguesia e da

social-democracia, sob forte pressão do povo, colheu com hesitação as peças do poder estatal lançadas ao vento pelos ingleses em retirada. No entanto, logo que o Estado se tornou um fato consumado, os capitalistas procuraram consolidar sua posição dentro dele e comprometer a guerra de independência através de concessões a Washington e a Londres, operando por trás da fachada das Nações Unidas. Uma facção da classe dominante, temendo o poder das massas democráticas, tentou tomar as rédeas do poder, exclusivamente para si, através da insurreição da Irgun Zvai Leumi, pouco mais de um mês após a criação do Estado. Nessa prova de força, o primeiro ministro Ben Gurion julgou necessário recorrer à esquerda, à Palmach, a fim de conjurar o golpe. Não faltaram à Irgun partidários na ala direita dos sionistas gerais e entre os chefes religiosos da Mizrachi, que é o partido religioso sionista. Todavia, os principais elementos capitalistas preferiram alcançar seus fins por outros meios.

Aplainado o caminho pelos trabalhistas, que ocupavam posições chaves no governo, a burguesia logrou impor sua política de lançar sobre as costas do povo a carga econômica da guerra. O sistema tributário foi modelado essencialmente pelo que vigorava quando da administração britânica: 70 por cento da renda são provenientes dos impostos indiretos; os impostos que gravam as grandes empresas são consideravelmente mais baixos que os dos Estados Unidos e da Grã Bretanha e não se instituiu nenhum tributo para os lucros extraordinários, doações e heranças. O controle de preços é uma farsa maior do que a existente durante a guerra, sob o mandato. Em vista disso, o mercado negro e as especulações floresceram e o custo de vida subiu de 35 a 40 por cento durante o ano de 1948.

O curso da luta de Independência de Israel têm-se refletido principalmente nos conflitos em torno de dois pontos essenciais: a política exterior e o caráter social do exército. O último contato girou em torno da chefia do exército e do papel da Palmach. A burguesia israelita teve a má sorte de subir ao poder sem uma força militar «digna de confiança» do seu comando. Mesmo antes da proclamação do Estado, Ben Gurion empenhava-se em remediar esta situação. E após varias manobras, conseguiu expulsar o comandante em chefe da Haganah, Israel Galili, ao Partido dos Trabalhadores Unidos e. dissolver na prática a Palmach, que desde então só existe no nome. Estas medidas foram importantes para a remodelação do exército à imagem do governo. No entanto, a luta ainda não terminou, e os elementos progressistas dispõem de significativa influencia nas forças armadas.

A prova mais importante com que se defronta o governo de Israel, decisiva para o futuro do país, é a política exterior. Os líderes do governo tem declarado repetidas vezes que, no comuto entre o Oriente e o Ocidente, desejam seguir um caminho de estrita «neutralidade». Não há dúvida de que no presente eles não desejam colocar o país aberta e completamente de um dos lados.

Entretanto, o conflito mundial não é geográfico; é entre as forças do imperialismo e do anti-imperialismo em toda parte, entre a democracia e a reação, entre os milhões que lutam pela autodeterminação nacional e os poucos exploradores que procuram o domínio e a opressão mundial. Nesta contenda, o próprio nascimento de Israel foi um ato «não neutro», uma tomada de posição ao lado do campo anti-imperialista e democrático. E não foi por acaso que a criação do Estado judaico foi combatida e sabotada sob diferentes formas pelos líderes das forças imperialistas mundiais, os Estados Unidos e a Grã Bretanha. O prosseguimento da guerra e a resistência à amputação territorial de Israel colocaram mais ainda o Estado judaico numa situação de incessante conflito com a Grã Bretanha e os Estados Unidos.

Não é por acaso, igualmente, que o estabelecimento do Estado judaico e a defesa da independência de Israel têm contado com o firme apoio dos líderes do campo anti-imperialista, a União Soviética e as Democracias Populares. Dessa forma, a estrita neutralidade é uma miragem: o que fortalece ou enfraquece a independência judaica tende a colocar Israel de um lado ou de outro no conflito mundial. E pode dizer-se que, na medida que o governo tentou manter uma neutralidade espúria — como por exemplo seu silêncio na questão de se a União Soviética devia ser incluída entre os observadores das Nações Unidas para a trégua — ele tomou posição contra Israel.

Em segundo lugar, mesmo se o governo de Israel não tomar medidas ativas pára fortalecer seus elos com os círculos dominantes dos Estados Unidos e da Grã Bretanha, a gravitação econômica é de molde a atrai-lo para a órbita imperialista. Somente através de determinadas contra-medidas pode ser ele afastado dessa órbita — medidas que abranjam a luta contra a dominação do capital estrangeiro, contra as tentativas para marshallizar Israel e em prol de laços econômicos, políticos e culturais com as forças anti-imperialistas de todo o mundo, lideradas pela URSS e pelas Democracias Populares.

A orientação pró-imperialista é mascarada pela insistência em que a política exterior de Israel se baseia nas Nações Unidas. Uma

vez que a ONU se baseia essencialmente no controle anglo-americano, esta declaração é um inútil disfarce da subordinação às ordens do imperialismo estrangeiro. A trégua, com seu maquinismo controlado principalmente por Washington, foi um dos aspectos desta subordinação. É significativo o fato de ter sido principalmente a pressão do exército israelita que em várias ocasiões forçou o reinício da guerra para expulsar os invasores do país.

As relações com a União Soviética têm sido formalmente amistosas e corretas. Essa atitude pode ser constatada numa declaração oficial emitida pelo Ministério do Exterior, numa entrevista coletiva concedida à imprensa em Tel Aviv, a 26 de dezembro de 1948, por Aubrey Eban, representante de Israel nas Nações Unidas. O documento declara:

«Sobre a atitude da URSS durante a Assembléia, o sr. Eban disse que ela fora indeclinavelmente baseada no texto efetivo da resolução de 29 de novembro. Tal fidelidade a uma decisão das Nações Unidas, por um Estado membro, deve ser encarada com respeito».

Respeito! Esta é a única conclusão positiva a que chegam os forjadores da política exterior de Israel sobre o poderoso e conseqüente apoio que seu país recebeu da URSS e seus aliados.

Para a Grã Bretanha tem vigorado uma política de duplicidade. A Grã Bretanha é veementemente denunciada como arqui-inimiga de Israel, e ao mesmo tempo nenhuma medida se toma contra o capital britânico, mesmo quando ele sabota o esforço de guerra, como no caso das refinarias de petróleo de Haifa, cuja produção os ingleses se recusaram a reiniciar. Pelo contrário, recíprocas delegações de homens de negócios britânicos e israelitas estão fortalecendo as relações econômicas e abrindo novos canais para a inversão do que se denomina «capital anglo-judaico». Isto faz parte da inclinação geral para os países imperialistas do ocidente.

No que diz respeito aos Estados Unidos, a atitude pública do governo é a de fingir que existe uma divergência fundamental entre a política americana e a britânica e de apresentar os Estados Unidos como um país amigo de Israel, comparável à União Soviética. As freqüentes traições de Washington são atribuídas a um punhado de diabólicos funcionários pró-britânicos do Departamento de Estado, que estão procurando torpedear a «real» política americana de amizade para com Israel. Isto tem o efeito de facilitar o objetivo americano de substituir a Grã Bretanha como potência dominante na Palestina, dessa forma fortalecendo toda a

posição dos Estados Unidos no Oriente Médio. Politicamente, este objetivo já foi em grande parte alcançado. Deve seguir-se a invasão econômica. E os porta-vozes do governo de Israel estão enviando apelos aos capitalistas americanos para que «venham tomar conta logo».

A situação é idêntica com respeito às contribuições do exterior. Quatro quintos delas vêm dos Estados Unidos, principalmente dos judeus americanos. Este fato foi transformado numa espada de Dâmocles pelo governo de Israel e por todos os partidos políticos sionistas. As concessões ao imperialismo americano são defendidas sob a alegação de que Israel não pode romper seus laços com a maior comunidade judaica do mundo. Trata-se de um flagrante sofisma. A população judaica dos Estados Unidos por mais de uma vez tem demonstrado sua amizade e seu apoio a Israel, bem como sua oposição à duplicidade da política dos republicanos e democratas. É a direção da ala direita da Organização Sionista da América, e sua leal oposição, a antiga direção, que aconselham e praticam a subserviência ao imperialismo americano. Esta direção está intimamente associada aos reacionários sionistas gerais de Israel, cujo partido recebeu apenas 5,1 por cento dos votos nas eleições recentemente realizadas. Não obstante, o governo de Israel, chefiado por um partido que se diz socialista, ao invés de apelar para que os judeus da América apóiem a luta para que se torne completamente independente do imperialismo, está, com sua política de apaziguamento, concorrendo para imobilizá-los em face do plano Truman—Dulles de converter Israel numa semi-colônia de Wall Street.

A maioria do povo de Israel, entretanto, não é favorável a uma chamada orientação ocidental, mas a uma orientação visando os interesses de Israel. Eis por que a União Soviética é a potência mais popular no país — tão popular que na campanha eleitoral até mesmo a Irgun julgou necessário ressaltar em sua plataforma a amizade com a URSS.

A Questão Árabe

O ENREDAMENTO na teia imperialista foi propiciado pela política do governo em relação aos árabes. Esta política não consulta os interesses nacionais, apreciados de um ponto de vista realístico, pois não considera os direitos daqueles que deviam ser os amistosos vizinhos de Israel na Palestina e de uma grande minoria dentro do Estado judaico.

Por mais de uma vez os árabes da Palestina demonstraram sua hostilidade à dominação britânica e seu desejo de independência. Em várias ocasiões, porém, dirigentes reacionários conseguiram trair as lutas do povo, dirigindo-as contra a comunidade judaica. Esta tática foi facilitada pelas diretrizes pró-imperialistas e anti-árabes dos dirigentes sionistas. Qualquer discussão sobre o tratamento dispensado aos árabes da Palestina pelo governo de Israel deve começar com um fato de extrema significação: com exceções relativamente raras, os árabes da Palestina não participaram da luta contra os judeus. Isto representa um contraste com a situação de 1936 a 1939. A recusa das massas árabes da Palestina de aderir aos bandos do Mufti, apesar da pressão reacionária a que foram submetidas, é um fato que foi publicamente reconhecido e saudado pelos líderes judeus.

A população árabe da Palestina constituía, assim, um grande ativo em potencial para o povo e o Estado judeus em sua luta contra os invasores estrangeiros instigados, estipendiados e armados pela Grã Bretanha e os Estados Unidos. O governo de Israel, no entanto, fez quase todo o possível para transformar este ativo potencial num verdadeiro passivo.

Em lugar de anunciar que quando fosse estabelecido um armistício, os refugiados árabes — cidadãos de Israel aos quais se afixaram plena igualdade de direitos — teriam permissão de regressar a seus lares, o governo deu a entender claramente que poucos seriam readmitidos, se é que se vai chegar a fazê-lo. Para justificar esta insensível política, que fortalece a reação árabe, foi necessário falsificar a história. Alimentou-se o mito de que a maioria dos árabes da Palestina atacaram os judeus e que sua fuga representava, nas palavras do ministro do Exterior Moshe Shertok, «a consciência da culpa».

Não menos temerário do ponto de vista dos interesses judaicos é a atitude do governo israelita com respeito ao destino do setor árabe da Palestina. A resolução de partilha tomada pela ONU dispunha sobre a criação de dois Estados independentes, judeu e árabe, politicamente separados, mas economicamente unidos. Não é preciso compreender profundamente a política do Oriente Médio para reconhecer que um Estado árabe democrático e amistoso, afora sua importância para a população árabe da Palestina, é uma necessidade para o povo judaico e seu Estado — um fator essencial, para, sua vitalidade econômica e sua segurança militar. Entretanto, o governo de Israel assumiu uma atitude de virtual neutralidade relativamente ao futuro da Palestina árabe. Um porta-voz do

governo, comentando a 23 de setembro do ano passado o relatório de Bernadotte, que propunha a anexação do setor árabe à Transjordânia, reinado títere da Grã Bretanha, fez esta surpreendente declaração:

«A situação no que concerne à parte árabe da Palestina parece estar demasiado confusa para justificar qualquer comentário definido».

Manter «neutralidade» nesta questão, como na questão mais ampla da política exterior, significa, na melhor das hipóteses, não-interferência nos planos dos inimigos de Israel, porquanto nem é preciso dizer que a anexação da Palestina árabe por Abdullah, com algumas migalhas de terra talvez lançadas ao Egito e à Síria seria um desastre de vulto para Israel. Isto significa tropas e bases britânicas em sua porta de entrada. E em vez de ter como vizinho um Estado árabe amigo, Israel estaria cercado de inimigos, com sua independência ameaçada diante do poderio militar britânico e com o poderio econômico americano a lhe moldar o futuro.

Durante a campanha eleitoral recentemente havida, os líderes do Partido Trabalhista procuraram justificar esta política e sua hostilidade às forças progressistas no seio dos árabes da Palestina, afivelando a máscara demagógica da «paz».

Cinicamente deram o rótulo de «partido da guerra» àqueles que queriam auxiliar a libertação de toda a Palestina e dar pleno cumprimento à decisão de partilha da ONU.

As Forças Progressistas

AS ORGANIZADAS forças políticas progressistas de Israel estão representadas pelo Partido dos Trabalhadores Unidos (Mapam) e pelo Partido Comunista. Crescentes setores do Partido Trabalhista, inclusive algumas autoridades inferiores, também formam ao lado do Mapam e dos comunistas na maioria das questões.

O Partido dos Trabalhadores Unidos não é apenas o segundo em número de efetivos no país, como também detém importantes posições nas forças armadas, m movimento sindical, nas fazendas coletivas e em muitas outras instituições.

O Mapam é um partido de massa, contando muitos militantes em suas fileiras. Foi formado em 1948 pela fusão dos dois partidos sionistas de esquerda, a Hashomer Hatzair (A Jovem Guarda) e a Achdut Haavodah-Poale Zion (União dos Trabalhadores Sionistas). O último fora estabelecido em 1946 pela fusão da Achdut Haavodah e

da Poale Zion de esquerda. A Achdut Haavodah surgiu como ala esquerdista dentro do Partido Trabalhista, rompendo com este em 1944; sua força se distribuiu entre operários e agricultores das fazendas coletivas. A Poale Zion de esquerda, um grupo muito menor, que se formara numa cisão entre os social-democratas sionistas, era quase exclusivamente urbana. A Hashomer Hatzair, um tanto maior que a Achdut Haavodah, tinha seus membros principalmente nas fazendas coletivas. Efetivamente, o partido político Hashomer Hatzair foi criado por um movimento de fazendas coletivas do mesmo nome. No partido unificado, todos os três grupos continuam a guardar em apreciável escala sua identidade original, de par com certas diferenças na feição. Não apenas por este motivo, como também porque nenhum dos três grupos componentes é monolítico em estrutura e ideologia, o Mapam é um partido de tendências em conflito.

A plataforma adotada no Congresso que criou o Mapam declara que o partido propugna pela «luta revolucionária de classe», tem por objetivo final «a criação de uma sociedade socialista sem classes» e «baseará sua atividade educacional na teoria, na visão mundial e na estratégia do marxismo». Mas em seus princípios básicos dá-se prioridade à declaração de que «o partido é unânime em reconhecer que no sionismo está a solução do problema judaico...»

Esta tentativa de conciliar o marxismo com o sionismo naturalmente não é nova. Todavia, a ciência de Marx, Engels, Lênin e Stálin nada tem de comum com o nacionalismo burguês ou pequeno-burguês em quaisquer de suas formas. Um estudo do programa, da história, da estrutura, da ideologia e do trabalho prático do Partido dos Trabalhadores Unidos leva à conclusão de que ele é, basicamente, um partido nacionalista, que foi fortemente influenciado pela classe operária avançada da Palestina e do campo internacional. Se, por exemplo, examinarmos a ideologia do Mapam, encontraremos a teoria não marxista, segundo a qual o movimento pelo socialismo na hegemonia judaica da Palestina, pertence não ao proletariado industrial, mas ao setor do proletariado agrícola que vive nas fazendas coletivas, não percebe salários e em seu todo está isolado tanto do inimigo da classe como de seus irmãos e aliados. Isso levou o líder ideológico da Hashomer Hatzair, Meier Yaari, a declarar que «o movimento das fazendas coletivas é o centro do movimento operário do país...»⁽²⁾.

O Mapam não é um partido de luta. Suas notáveis declarações contra o apaziguamento com o imperialismo anglo-americano, pela

cooperação com a União Soviética e seus aliados, pela criação de um Estado árabe democrático e independente, em defesa do caráter democrático do exército e contra várias medidas reacionárias da frente interna — são quase sempre uma brilhante fachada de palavras sem o conteúdo fértil das ações. Esta ausência de genuína combatividade faz parte da herança sionista pequeno-burguesa do Mapam. Não resta dúvida de que foi o esforço para escapar a um acirrado conflito com o imperialismo americano e seus testas de ferro trabalhistas em Israel que levou a maioria dos dirigentes do partido a rejeitar uma frente única com os comunistas nas recentes eleições. O declínio proporcional na votação do Mapam foi atribuído essencialmente a essa política vacilante e oportunista.

Dentro do Partido dos Trabalhadores Unidos, no entanto, há forças que estão pressionando para o estabelecimento de diretrizes combativas e de uma ação conjunta com os comunistas. Com a passagem do centro de gravidade na luta de libertação nacional da esfera militar para a esfera política e econômica, e com o aguçamento da luta de classe, resta ainda saber se estas forças serão suficientemente fortes e resolutas para colocar o Mapam numa frente comum com os comunistas contra as maquinacões oficiais que ameaçam a independência de Israel.

O Partido Comunista

O PARTIDO Comunista é o único partido que abrange árabes e judeus, baseando-se na organização conjunta e na luta dos dois povos. Neste particular, é o único partido verdadeiramente nacional de Israel, uma vez que todos os demais excluem o grupo que constitui hoje 10 por cento da população e que se tornaria uma proporção ainda maior se se permitisse o retorno dos refugiados. O Partido Comunista é o único partido que, por todo o período de quase trinta anos de sua existência, levantou intransigentemente o estandarte da independência e do anti-imperialismo.

Durante quase toda sua história, o partido, até 1943, foi ilegal e ferozmente perseguido pelas autoridades britânicas. Até poucos anos atrás, teve também de enfrentar a franca hostilidade de todos os partidos sionistas, em virtude de sua resistência à colaboração com o imperialismo britânico e sua defesa dos direitos democráticos e nacionais dos árabes. Trabalhando nestas difíceis condições, num país colonial de maioria árabe e numa comunidade judaica cuja nacionalidade ainda era embrionária, o partido cometeu alguns erros durante o período que precedeu a segunda Guerra Mundial, nos quais incorreram também os partidos

comunistas dos demais países. Estes erros consistiram em subestimar o desenvolvimento nacional judaico e em não perceber com clareza suficiente certas manifestações reacionárias dentro do movimento nacional anti-imperialista árabe.

Uma vez saído da ilegalidade, o partido começou a fazer rápido progresso. Entretanto, quase no início de sua existência legal, defrontou-se com graves problemas internos e teve de combater desvios nacionalistas tanto de árabes como de judeus. Estas lutas resultaram na divisão dos comunistas árabes e judeus em duas organizações distintas, o Partido Comunista da Palestina e a Liga de Libertação Nacional. Todavia, sob o impacto da guerra de libertação nacional e das novas responsabilidades surgidas com a formação do Estado, e como resultado dos infatigáveis e incessantes esforços do Partido Comunista, as divergências originais foram solucionadas e os dois grupos se reuniram no Partido Comunista de Israel. Esta importante conquista fortalece a classe operária e os povos árabe e judeu em sua luta pela independência nacional, pela paz e pelo progresso social.

Em 1944, o Partido expulsou um grupo judeu da ala direita, que posteriormente organizou um partido próprio. Em dezembro de 1948, este grupo, declarando concordar com os princípios e o programa do Partido Comunista, foi readmitido. Em, fevereiro deste ano, porém, os líderes desse grupo tiveram de ser novamente expulsos ao serem pilhados numa conspiração anti-comunista com o grupo terrorista Stern.

No ano passado, os comunistas conquistaram para si importante posição pelo seu combativo patriotismo e sua transparente oposição a qualquer espécie de capitulação ao imperialismo anglo-americano. Os comunistas pugnaram por uma política de amizade e cooperação com a União Soviética e as Democracias Populares e se opuseram à alienação da independência e do futuro do país a Wall Street. Só os comunistas combateram conseqüentemente todas as medidas chauvinistas, com respeito aos cidadãos árabes de Israel, exigindo uma política que propiciasse a criação de um Estado árabe independente e democrático, vizinho de Israel. Os comunistas se opuseram às medidas reacionárias internas e defenderam os interesses dos soldados e suas famílias. Auxiliaram a mobilização de todas as energias do país para o esforço de guerra e organizaram ainda o auxílio do estrangeiro. E mais de 80 por cento dos membros judeus do Partido e da Liga da Juventude Comunista serviram nas forças armadas ou em outras formas de serviço militar.

Os comunistas árabes, organizados na Liga de Libertação Nacional, cobriram-se de glória por terem sido a única força política que se opôs ao bando do Mufti e aos invasores estrangeiros, liderando a luta contra os mesmos. Foi a Liga de Libertação Nacional que iniciou, no setor árabe da Palestina, em meio a todo o terror, as demonstrações anti-guerreiras que mereceram amplo apoio das massas árabes e despertaram a admiração da comunidade judaica.

O Partido Comunista foi praticamente o único partido que registrou avanço percentual nas eleições, aumentando seu eleitorado de 2 por cento em 1944 para 3,4 por cento em 1948. Entre os eleitores árabes foi o partido mais votado — prova do alto nível político alcançado pelos cidadãos árabes de Israel como resultado de suas experiências nos últimos meses.

Perspectivas

A LUTA pela independência nacional de Israel está sob a liderança da burguesia, que lança mão da reacionária social-democracia para obter apoio de massas para sua política. Entretanto, os elementos de esquerda nos sindicatos e no exército possuem uma força apreciável, muito embora, hoje, em consequência das diretrizes do Mapam, somente uma parte desta força esteja sendo jogada na luta. É inevitável que com o estabelecimento da paz ou de um armistício prolongado, lutas acesas se desenvolverão em torno das importantes questões de política externa e interna.

Ao mesmo tempo, o fato de a classe operária de Israel ser ainda fortemente influenciada pelas ideologias reformistas e nacionalistas e não ter ainda alcançado maturação suficiente para assumir a liderança política da nação, significa que é muito grande o perigo de que Israel seja arrastado para o sorvedouro do imperialismo americano. A fase militar da luta serviu para obscurecer a escala em que os Estados Unidos já estabeleceram uma posição dominante dentro do Estado judaico. Através da trégua da ONU, do maquinismo de mediação e conciliação, através dos empréstimos concedidos ou adiados e das condições que os acompanham, através da liderança sionista americana e dos fundos que ela controla, através da inversão particular americana e através da pressão exercida por meio de vários Estados árabes, os Estados Unidos estão estendendo o seu controle sobre Israel.

Assim é que o imperialismo americano suplantou a Grã Bretanha, tornando-se o inimigo número um de Israel e de todos os

povos do Oriente Médio. Devemos julgar o governo israelita principalmente pela medida em que ele resiste ou capitula diante desse inimigo número um. Conquanto fosse um erro considerar a forte tendência oficial para a rendição nacional como um processo consumado e desprezar as contra-pressões, seria também um grave erro ter o governo israelita na conta de anti-imperialista. É o povo que constitui a força anti-imperialista.

Israel não pode fugir à sua geografia nem à política de sua geografia. É possível a Israel, porém, evitar a vassalagem imperialista, mas só o conseguirá se mobilizar, com todas as forças, não somente suas energias econômicas, políticas e morais internas, mas também seus aliados efetivos e potenciais no Oriente Médio, nos países do socialismo e da Democracia Popular, entre o povo americano e as forças democráticas de toda parte

Para o povo e para o Partido Comunista dos Estados Unidos, a questão da Palestina é parte inseparável da luta contra toda a política de guerra dos partidos Democrata e Republicano pela dominação mundial, que traí os interesses nacionais e torna a América um alva de temor e ódio no mundo inteiro. É precisamente na questão da Palestina que temos testemunhado por diversas vezes os mais amplos e vigorosos protestos contra a política do governo americano. Hoje, os líderes sionistas americanos conseguiram amortecer a maioria destes processos e ocultar com suaves hosanas a verdadeira feição da política, norte-americana.

Nosso Partido, o movimento trabalhista em geral e todas as forças progressistas defrontam-se com a tarefa de continuar a luta, agora num nível diferente, e de organizar os mais amplos esforços entre judeus e não judeus para impedir que Israel se torne «marshallizado» e «forrestalizado». No movimento de auxílio a Israel, devemos dedicar também especial atenção à tarefa de ajudar a classe operária e as forças progressistas, das quais tão essencialmente depende o futuro de Israel.

Notas de rodapé:

(1) — O Estado de Connecticut tem 12.974 km² de superfície, e Bronx conta 1.304.711 habitantes (Nota do tradutor).

(2) — Tsvantzig Yor Kibbutz Artzi (Vinte anos de Kibbutz Artzi) — pág. 11 — Praga, 1947.